

Mobilizar utopias e “paraquedas coloridos”: imaginários no contexto pandêmico

**Helena Tuler Creston, Gabriela Minuci França, Isabella
Lá-Badie de Abreu, Marcella Oliveira Quintino dos Santos
y Marina de Oliveira Carvalho ***

RESUMO: O artigo traz um relato e conclusões preliminares a partir do exercício propositivo “Utopias e paraquedas coloridos”, realizado com estudantes da disciplina de Arquitetura e Urbanização no Brasil, na PUC Minas. Nessa atividade, foram feitos paralelos entre o higienismo do séc. XIX, as “utopias urbanas” do contexto internacional e nacional e o atual momento de pandemia pelo novo COVID-19, para repensar nossas cidades, espacialidades e modos de vida. Por utopia, entendemos não apenas a idealização, mas o fazer de outra maneira; devires. A utopia tem a capacidade de mobilizar os imaginários, dialogando com o passado, mas se projetando como uma possibilidade futura, a partir de específicos contextos e temporalidades. São “paraquedas coloridos”, como nos convoca Krenak (2019) a pensar.

Palavras-chave: *pandemia, higienismo, utopias urbanas.*

ABSTRACT: The article shows a report and preliminary conclusions from the propostive exercise “Utopia and colorful parachutes”, produced by the students of Architecture and Urbanization in Brazil discipline, in PUC Minas. In this activity, parallels were made between the hygienist principles from the XIX century, the “urban utopias” from international, national and the actual moment of new COVID-19 pandemic, to rethink the cities, spatiality, and ways of living. For utopia, we understand not just the idealization, but the way of doing it in other perspectives; the becoming. The utopia has the capability to mobilize the imaginative, dialoguing with the past, yet projecting itself with a future possibility, as of specific contexts and temporalities. Are the “colorful parachutes”, such as Krenak (2019) call us to think.

Key-words: *pandemic, hygienism, urban utopias.*

Introdução:

Como em outros períodos da história, vivemos em um cenário de transformações. A pandemia pelo novo COVID-19 faz pulsar a emergência de repensar nossas cidades, espacialidades e modos de vida. Em falas de Latour (2020), ressaltamos o que ele apresenta como uma “primeira lição do coronavírus”: ter provado ser possível suspender um sistema econômico que até então não podia desacelerar.

Diante dessa suspensão, é que invocamos a ideia de utopia, assim como foi usada para possíveis respostas às problemáticas colocadas à sociedade frente à industrialização e consequente urbanização no séc. XIX, momento no qual observamos uma série de problemas sociais e também surtos de doenças (epidemias). Por utopia, entendemos não apenas a idealização, mas o fazer de outra maneira; devires.¹ A utopia tem a capacidade de mobilizar os imaginários, dialogando com o passado, mas se projetando como uma possibilidade futura, a partir de específicos contextos e temporalidades. É uma “escuta de embriões do futuro que possam germinar”, como nos apresenta Suely Rolnik (2020), ou “paraquedas coloridos”, como Ailton Krenak (2019) nos convoca a pensar:

Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos [...] Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. (Krenak, 2019: 30-31)

Nesse sentido, por meio de um exercício do pensamento criativo e utópico, realizado na disciplina “Arquitetura e Urbanização no Brasil”, foram feitas reflexões a respeito dos paradigmas herdados da modernidade, no tocante à situação atual da pandemia. Essa atividade aconteceu no primeiro semestre de 2021, ou seja, já em um momento de aproximadamente um ano de vivência no contexto pandêmico. Foi trabalhada junto às três turmas (manhã, tarde e noite) de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, em Belo Horizonte/MG.

No exercício em questão, os grupos fizeram paralelos entre o higienismo do séc. XIX, as chamadas “utopias urbanas” do contexto internacional e o atual momento de pandemia. O compartilhamento com a turma aconteceu através da criação de *folhders* digitais, que traziam sínteses das observações de cada equipe diante do estudado. Além dessas análises, cada grupo também esboçou uma proposta conceitual de projeto utópico que percorria, de alguma forma, o campo da arquitetura e urbanismo. As utopias foram apresentadas e “defendidas” em um debate durante aula

online, momento que teve o intuito não de encontrar respostas certas ou erradas, mas sim questionar o até então dado como “normalidade” e abrimo-nos a outros devires, exercitando a criação.

Assim, a proposta deste artigo, com um caráter ensaístico, é apresentar o desenvolvido na atividade didática, que visou uma aproximação entre concepções utópicas que permeiam a história do urbanismo e as condições atuais pandêmicas, para estimular utopias de diferentes ordens. Esse paralelo traz uma crítica aos modelos higienistas, tensionando seu caráter “utópico” à contrapelo do discurso dominante. Essa abordagem nos permite um rico debate sobre a produção e o direito à cidade, sobre a pandemia, sobre processos socioespaciais.

No texto que segue, abordaremos então esse exercício realizado, enfocando, principalmente, nossas conclusões preliminares a partir de nossas “Utopias e paraquedas coloridos”. A escrita foi estruturada seguindo a metodologia utilizada na atividade pedagógica. Primeiramente, problematizaremos algumas noções de utopia, especialmente aquelas que atravessam o contexto de urbanização dos séculos XIX e XX; também a noção de utopia pensada por Paulo Freire (2001), Milton Santos (2000) e, podemos dizer, Ailton Krenak (2019), para mobilizar “outros mundos possíveis”. Em seguida, faremos uma apresentação histórica de horizontes e concepções urbanísticas e socioespaciais da cidade da virada do século XIX-XX e meados do XX. A parte seguinte trará uma descrição factual da política pública e da evolução da pandemia no Brasil em 2020-21, para contextualização do momento atual vivido, em especial em nosso país. Por fim, abordaremos as práticas didáticas e as proposições de horizontes utópicos a partir delas, sugerindo aproximações com as concepções anteriormente apresentadas e algumas considerações preliminares defronte à atividade desenvolvida.

Acerca das utopias

O conceito de utopia teve um papel central em nossa atividade pedagógica, passando as temporalidades trabalhadas no exercício em questão. Ele é um parâmetro de análise das concepções urbanísticas do século XIX-XX, com destaque ao urbanismo sanitaria, estendendo-se, na década de 1960, às questões trazidas por Jane Jacobs (2000), e chegando mais diretamente até a atualidade brasileira, quando acionamos as noções de utopia de Paulo Freire (2001), Milton Santos (2000) e Ailton Krenak (2019). Ao voltarmos ao século XIX, observamos como, nas palavras de Choay (2005), “a cidade começa a tomar forma própria” (Choay, 2005: 4), suscitando movimentos de reflexão sobre as transformações socioespaciais ali percebidas. Tais reflexões buscavam essencialmente entender o fenômeno da “urbanificação”, suas causas e efeitos. Frente à descrita “desordem” do desenvolvimento urbano, que chegou a designar as cidades industriais por metáforas de tumores cancerígenos, surgem as “utopias urbanas”: “propostas de ordenamentos urbanos livremente construídas por uma reflexão que se desdobra no imaginário” (Choay, 2005: 7).

Essa dimensão do imaginário é especialmente importante para nós no entendimento de utopia na transição do séc. XIX para o séc. XX, pois, embora as utopias sejam elaboradas nesse momento como projeções futuras, elas não se situam no plano abstrato, ao menos enquanto intenção. Ou seja, há um caráter ativo da utopia, conforme insiste Manheim, citado por Choay (2005): “Consideramos utópicas todas as ideias circunstancialmente transcendentais (e não só as projeções de desejos) que têm, de uma forma qualquer, um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente” (Manheim apud Choay, 2005: 7). E é essa possibilidade de transformação que queremos invocar ao pensarmos utopias.

Todavia, conforme também menciona Choay (2005), precisamos pontuar que o fato de tanto os pensadores pré-urbanistas do séc. XIX como os urbanistas do séc. XX terem imaginado outras possibilidades futuras para as cidades em termos de modelos (objetos reprodutíveis), e não como processos, acabou por extrair delas sua temporalidade concreta, tornando-as utópicas em outro sentido: “sem lugar” ou “de lugar nenhum”, ou seja, completamente distantes da realidade - ainda que os modelos do séc. XX tenham sido aplicados na prática.

... depois de ter qualificado como desordem a ordem urbana existente, foram feitos esforços para opor-lhe ordens ideais, modelos, que são, com efeito, projeções racionalizadas de imaginários coletivos e individuais.

Por seu caráter simultaneamente racional e utópico, esses modelos revelaram-se poderosos instrumentos de ação: exerceram uma influência corrosiva nas estruturas urbanas estabelecidas, contribuíram para definir e ordenar certas normas urbanas de base, particularmente no domínio da higiene.

Só que, construído no imaginário, o modelo dá forçosamente acesso ao arbitrário. (Choay, 2005: 50)

O pensamento utópico no sentido da mobilização para propor respostas aos problemas urbanos não se esgotou nos modelos e realizações dos séculos XIX-XX, provocando novas críticas, apresentadas por Choay (2005) como uma “crítica de segundo grau”. Dentre elas, a autora cita a noção de “Antrópolis”, com vistas a um planejamento mais humanista, a partir de uma crítica à arbitrariedade dos princípios do urbanismo progressistas e o desprezo desse pensamento utópico pelas realidades concretas, em nível de execução (Choay, 2005: 38). Aqui destacamos Jane Jacobs que, em 1961, publica a obra *Morte e vida de grandes cidades*, na tentativa de introduzir novos princípios no campo do planejamento urbano e nas práticas de reurbanização, com foco no cotidiano das pessoas na cidade. O trecho a seguir, no qual apresenta a intenção de seu livro, reforça o caráter utópico do mesmo, pelas proposições de outras possibilidades para além daquelas até então pensadas/praticadas, porém com total atrelamento dessa utopia à realidade - e é essa a noção de utopia que pretendemos enfatizar.

... neste livro deveremos começar a aventurar-nos nós mesmos no mundo real, ainda que modestamente. A maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles. (Jacobs, 2000: 20)

Diante do contexto brasileiro, especialmente no tocante a este momento da pandemia pelo COVID-19, acionamos ainda as ideias de utopia que aparecem no discurso de três grandes referências nacionais, conforme já comentado: o educador Paulo Freire (2001), o geógrafo Milton Santos (2000) e o pensador-ativista indígena Ailton Krenak (2019). Com Freire (2001), assumimos a noção de utopia como uma espécie de “realidade projetada”, situada no horizonte da experiência vivida, porém como uma prática libertadora, que recusa a acomodação e atua por meio de um desejo de mudança. Ressaltamos em sua fala:

Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia (Freire, 2001: 85).

Também Santos (2000), em sua obra *Por uma outra globalização*, vai trabalhar no plano da utopia como um outro possível: “um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades presentes em certa data e que incluem não só o que já existe sobre a face da terra, como também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível” (Santos, 2000: 78). É nesse factível, embora inexistente, que se fundamenta a pertinência da utopia.

Assim, Santos (2000) faz uso dessa ideia de utopia ao propor que pensemos uma “outra globalização”, dentro da visão de uma nova horizontalidade na luta resistente dos oprimidos, considerando as cidades como espaços de liberdade para a cultura popular, em oposição à cultura midiática de massas; também como espaços de solidariedade entre as resistências, diante de um mundo globalizado e desigual, dominado pela tirania da informação e do dinheiro. A partir dele, somos convocados a criar possibilidades para o uso das mesmas bases técnicas da globalização a serviço de outros fundamentos sociais e políticos, visto que, segundo o mesmo, qualquer ordem pode ser substituída.

Por fim, acessando Krenak (2019), especialmente através da publicação “Ideias para adiar o fim do mundo”, a utopia vem como mobilizadora. Segundo este autor, estamos condicionados a UMA ideia de humanidade e a UM tipo de existência, mas podemos (e devemos!) romper com esse padrão hegemônico, com a ilusão do pro-

gresso e da técnica, “adiando o fim do mundo”. Devemos “aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despençar em paraquedas coloridos” (Krenak, 2019: 15). Ou seja, habitar o lugar do sonho ou, podemos dizer, da utopia, como abertura a “outras visões da vida não limitada” (Krenak, 2019: 32).

O higienismo do séc. XIX e as utopias urbanas, um paralelo:

Nesse artigo, assim como na atividade realizada, sobre a qual trazemos este relato, pensamos ser importante um retorno ao séc. XIX, para percebermos nele as transformações urbanas advindas com a modernidade – transformações essas que geraram uma série de epidemias naquele contexto. Um retorno para percebermos também como e em que sentido foram pensadas as chamadas utopias urbanas, em resposta às problemáticas de outrora, ainda recorrentes e com vestígios na contemporaneidade. Através desse olhar para o passado, é que então fazemos um paralelo com a atual pandemia pelo novo COVID-19.

O período pós-industrial no final do século XIX, marcado pelo forte impacto da expansão urbana e crescimento econômico proporcionado pelas novas tecnologias, suscitou também inéditas discussões. A explosão demográfica e expansão urbana acelerada provocadas pelo êxodo rural gerou uma nova dinâmica nas cidades, trazendo à tona debates a respeito das políticas públicas e ações urbanísticas a fim de repensar o desenho da paisagem, refletindo acerca da qualidade de vida nesse espaço de constante transformação, também como resposta aos novos conflitos sociais que vinham despontando.

As demandas da cidade e do espaço neste período alteraram-se, exigindo novos equipamentos e serviços urbanos, de forma a transformar a configuração da vida na cidade, desde o programa de necessidades das habitações, equipamentos, técnicas construtivas e variações estilísticas, até os novos conceitos de projetos urbanísticos. A verticalização das edificações, então, torna-se possível e necessária, transformando a paisagem. Também há o fortalecimento das comunicações interurbanas, de maneira que a reordenação do tráfego passa a ser indispensável.

O rápido crescimento provocou, além da expansão planejada dentro dos planos urbanísticos, uma expansão espontânea, formando os subúrbios. Essa segunda, principalmente constituinte dos bairros operários e cortiços, abrigou, sobretudo, os trabalhadores da indústria em locais carentes de infraestrutura urbana e abastecimento público.

A solução ideal preconizada pela higiene pública para a questão da habitação popular desde o final do século XIX, no Brasil, é a construção de vilas operárias pelos poderes estatais ou por capitalistas particulares, nos bairros periféricos da cidade. Combina-se, assim, a luta sistemática contra a insalubridade da moradia do pobre com o utilitarismo reinante. Afinal, a construção das habitações higiênicas e baratas se tor-

nará um negócio lucrativo tanto para os industriais senhoriais, quanto para as companhias de saneamento. (Rago, 1997: 176)

As habitações populares coletivas e insalubres surgidas a partir desta acelerada dinâmica de urbanização e industrialização é logo vista com preocupação a partir dos princípios sanitaristas.² Muitas das instalações, localizadas em regiões centrais em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, incomodavam a elite e sua aspiração por uma idealização da cidade moderna.

(...) o cortiço, como vulgarmente se chamam essas construções aca-nhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas de trabalho se juntam em desmedida, fustigada pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a higiene repele. (Cordeiro, 2010)

O problema habitacional no Brasil se intensifica, então, como uma dinâmica de produção assumidamente mercantil, por parte de investidores “rentistas”, sob a justificativa de segurança sanitária. Segundo Nabil Bonduki (1998),³ a primeira resposta da elite brasileira frente ao conflito se deu por uma busca de incentivos e concessões pelo Estado para a constituição de empresas na área de construção, atuantes na produção de moradias higiênicas para alugar aos pobres e pela intervenção autoritária na reforma dos espaços populares.

Por outro lado, o alto custo dos aluguéis ainda se garantia como enorme entrave, de forma a manter o difícil acesso da população mais carente à moradia de qualidade. Assim, os ideários de expansão das cidades procuraram o ordenamento espoliando a população mais pobre para as periferias. De acordo com Lilian Fessler Vaz (1994),⁴ esse processo de modernização da moradia popular apresentou uma série de melhoramentos de ordem higiênica, espacial e construtiva, porém corroborou na forte exclusão social e afastamento desses grupos ao acesso do benefício de tal modernização.

O ideário urbanístico internacional, influenciando diretamente o modelo de planejamento das cidades-capitais brasileiras ao longo da Primeira República, essencialmente através de uma valorização da cultura francesa pelos republicanos, traz ao planejamento urbanístico do país a ordem geométrica do traçado de Haussmann. A busca por domar e racionalizar o “caos” da natureza e adequá-la aos moldes cartesianos levou a radicais mudanças no tecido urbano já constituído (como no caso do Rio de Janeiro), tendo também influenciado novos parâmetros de planejamento (exemplo de Belo Horizonte), como pode ser observado nas imagens comparativas abaixo (FIG. 01).

Figura 01: Champs-Élysées, em Paris, 1900; Av. Central (atual Av. Rio Branco), no Rio de Janeiro, 1920 e Av. Afonso Pena, em Belo Horizonte, 1958.



Fonte: Rio Antigo Memórias, 2019; Arquivo Nacional do Brasil, 2021.

Os planos de remodelação das áreas centrais envolveram, sinteticamente, a demolição de edificações e alargamento de ruas (FIG. 02), o reforço da infraestrutura urbana (saneamento, iluminação e transporte) e o estabelecimento de parâmetros de ocupação e edificação para enfrentamento dos problemas sanitários, referentes à propícia disseminação de doenças decorrentes das concentrações humanas. Nesse contexto, os aglomerados de ocupações irregulares sofreram desmonte completo para dar lugar ao novo cenário da cidade, correspondendo ao “espírito da época”, a *Belle Époque*.

Frente à questão da insalubridade das moradias, aos conflitos sociais-urbanos e à devastação ambiental, Ebenezer Howard, em seu livro *Tomorrow: A Peaceful Path to Social Reform*, de 1898, compõe a utopia das chamadas cidades-jardim como diretriz para o enfrentamento de problemas diversos referente às cidades industriais, através de uma união da vida urbana com o campo.

Segundo Choay (2005), apesar de encarar o desenvolvimento desses espaços como um objeto reprodutível em oposição à expansão como processo, a utopia de Howard não se refere a um subúrbio jardim, mas traz uma articulação estruturada entre campo e cidade, com dinâmicas de distribuição da produção da zona rural. Assim, apresenta uma preocupação culturalista e flexível, buscando constituir certa unidade orgânica da cidade, contrastando com as utopias rígidas e tratadistas, como o Falanstério de Fourier ou o urbanismo progressista da Cidade Industrial de Tony Garnier.

Correlato ao plano urbanístico de Howard, Ferdinand Tönnies, atuando no campo sociológico, se relaciona em muito com essa utopia referente ao coletivo. Em seu livro intitulado *Comunidade e Sociedade* (1887), elabora uma estruturação acerca das condições de vida comum através do espaço compartilhado. Volta-se à análise

**Figura 02: O Bota-Abaixo de Pereira Passos no Rio de Janeiro.
Alargamento da Rua da Carioca, 1905.**



Fonte: Foto de Augusto Malta, em Multirio, 2021.

das relações sociais, seu vínculo direto com o espaço construído e com a expansão das cidades, idealizando de que modo a sociabilidade mercantil pudesse ser mitigada através da transformação dos padrões de sociabilidade comunitário.

Em relação à utopia das cidades-jardim proposta por Howard, podemos observar que uma preocupação com o direito à cidade e cooperativismo constavam na agenda para uma via comunitária, viva e dinâmica. Frente à nova realidade imposta pela duração da pandemia, mais uma vez o cenário inédito alavanca discussões por maneiras de atenuar as consequências do contexto pandêmico, questionando a conjuntura do espaço urbano vigente.

A conformação da cidade em seu caráter urbano foi transformada devido às novas demandas da estrutura política e econômica adotadas, que ainda predominam na nossa sociedade. A urbanidade nesses termos de instrumentalização dos recursos naturais é dotada de valores higienistas em garantia da salubridade, que ao mesmo tempo em que defende a saúde, também gera impactos nocivos, dependendo da forma de implementação. A impermeabilização excessiva do solo e projetos que não consideram o contexto social em sua totalidade, fomentam a distopia da qual se instala a atual crise sanitária.

A compreensão sobre o termo “higienismo” funcionou como método de organização, governança da moral e controle da vida social como parte da responsabilidade do Estado. Este mecanismo de controle, chamado por Foucault (1979) de “governamentalização”, atuou a partir do novo conjunto de saberes, preocupações e intervenções, desenvolvendo, desta forma, a biopolítica⁵ e assumindo a “higiene” como fundamentação teórica para criação de uma nova abordagem de gerenciamento da população, a “higiene social”.

A utopia das cidades, como vimos, é uma construção intelectual, uma ação fruto de um projeto esperançoso para transformação da realidade, pautando-se no mundo real. Pode ser questionada como utopia ao ser defrontada à principal força regente da produção do espaço urbano, torná-lo meramente um território para expansão do capitalismo, consolidando-o como um investimento dos detentores de capital.

Dessa forma, o planejamento urbano seguiu em sua história, dentro dessa relação de interesses tensionados. Estruturada visando prever e organizar a população nas cidades, essa prática se atenta e é impactada por intensas transformações, relacionadas às novas dinâmicas instituídas do viver e produzir a cidade, abordadas, até então, nas estruturas de reprodução da vida; do morar, do deslocar, do trabalhar, dependentes de uma postura ideológica capitalista, logo exploratória, manifestada pela sobreposição destas atividades. Na contemporaneidade, o paradoxo tratado por Lefebvre em *O direito à cidade* (1968) – da urbanização “desurbanizante” e desurbanizada – é caracterizado pelo trunfo catastrófico desse sistema: a crise habitacional. Apresentam-se hoje índices crescentes de demanda por moradias.

Movimentos urbanísticos de diferentes âmbitos atuam perante esse contexto de forma ativa na sociedade, a partir do reconhecimento do fator humano; uma luta mais ampla pela apropriação da cidade; uma atuação política em defesa da democratização dos espaços públicos, da mobilidade e da habitação social. O conhecimento científico fundamenta as intervenções e propostas, e já causaram uma mobilização nos paradigmas gerais dos termos da produção da cidade.

Apresentando exemplos de intervenções para contestação dos paradigmas referentes à produção do espaço, trazemos o projeto “Cidade de 15 minutos”, desenvolvido por Carlos Moreno, professor da Sorbonne, e adotado mundialmente por grandes metrópoles, inclusive no Brasil. A teoria de onde se originou o conceito que orienta esse planejamento urbano é obra da urbanista e escritora Jane Jacobs, já aqui mencionada. Passou a ter a sua importância, compreendida mais amplamente pela sociedade, com a mudança de hábitos e necessidades que permitiram uma nova perspectiva e reflexão sobre o espaço urbano. A mobilidade ganhou um lugar de destaque, percebidos os benefícios para a saúde e qualidade de vida urbana, sendo, além de tudo, uma forma de minimizar os riscos de contágio pelo vírus da COVID-19.

Os tensionamentos presentes na nossa cidade encaminham soluções que tragam a acessibilidade a todos serviços básicos, trabalho e lazer a uma distância de 15 minutos de deslocamento a pé do lugar onde se mora. A ideia de “hiperproximidade” prevê equipamentos, empregos, serviços, parques públicos, comércio e uma variedade de entretenimento, contendo focos de centralidades reduzidas e múltiplas que permitem um maior pertencimento da comunidade pelo espaço.

A melhor mobilidade é mais reduzida, opcional, descarbonizada, feita a pé ou de bicicleta. Para isso é preciso que as pessoas tenham ao seu alcance as funções essenciais: habitação, trabalho, aquisição de bens, saúde, educação e distração. Mas nas cidades modernas há uma separação espacial dessas funções.⁶

O pavilhão brasileiro na 17ª Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza, intitulado *Utopias da Vida Comum*, concebido antes mesmo da situação de pandemia, ressalta a relevância da discussão. Dialogando com o tema geral do evento “Como viveremos juntos?”, segundo anunciado pela Fundação Bienal de São Paulo (2021), a obra “parte do mapeamento da presença das utopias em solo brasileiro, desde a cosmovisão Guarani da Terra sem Males até a contemporaneidade, destacando entre eles dois momentos singulares em que ideias transformadoras promoveram ou têm o potencial de promover mudanças significativas no modo como a arquitetura e a cidade podem fomentar novas alternativas para a vida comum.”⁷

A urgência em se pensar utopias como forma de reorientar os efeitos negativos provocados pela pandemia e também, mais uma vez, contestar o padrão hegemônico e excludente de produção das cidades, nos volta a temas atuais já muito discutidos, mas que se tornam cada vez mais elementares no presente. A luta pelo direito à cidade e pela moradia, o comer como ato político frente à exacerbação da monocultura e limitação alimentar, as cidades para pessoas⁸ em oposição ao rodoviarismo supressivo e a decolonialidade frente ao contínuo apagamento histórico das sociedades indígenas são algumas das pautas suscitadas pela conformação atual, que tem grande poder de alavancar novas alternativas em direção a uma outra vida urbana.

A pandemia pelo COVID-19 no Brasil:

Voltando nosso olhar ao presente, é fundamental aqui localizar o leitor acerca de qual lugar, contexto e temporalidade escrevemos. Estamos em meados de 2021, trazendo olhares a partir do exercício acadêmico realizado no primeiro semestre do mesmo ano. Apesar da pandemia pelo novo COVID-19 ter sua escala mundial, inserimo-nos no contexto brasileiro, e faremos apontamentos nesse recorte, uma vez que nossas percepções e olhares são situados em particularidades desse momento em nosso país.

Vivemos em um momento com alto nível de desemprego, pobreza, individualismo e tensão política. Situação na qual a Ciência é questionada indiscriminadamente pelas pessoas mais poderosas do país, que tentam minimizar os efeitos da pandemia. Declarações polêmicas do governo federal evidenciam o descaso com a vida, criando uma falsa dicotomia saúde-economia que estrutura uma política negacionista e genocida. Um cabo de guerra entre militares e políticos do denominado “centrão”⁹ instaura-se no Ministério da Saúde, em busca de propina na negociação de vacinas. Para compreender melhor esse contexto, podemos fazer uma análise setorializada: no cenário político social, tendo em vista a cronologia do avanço do vírus; e

em como a pandemia influenciou a prática reflexiva sobre arquitetura e o urbanismo no Brasil, considerando novos olhares em relação à habitação e ao espaço público.

A pandemia pelo novo COVID-19 chegou ao Brasil no início do ano de 2020, vindo, especificamente, através de pessoas que tiveram contato com o vírus em países da Europa. O contexto nacional àquela época já não era nada favorável, pois desde o início das campanhas políticas, que elegeram o governo da atual presidência da república em 2018, enfrentava-se grande polaridade política, desigualdades sociais e a má distribuição de recursos. Por assim dizer, a última coisa que se esperava era o surgimento de um vírus de abrangência mundial que, além de colocar a vida de todos em risco, também foi responsável pela disseminação de diferentes opiniões e posicionamentos sobre o assunto.

O paciente considerado número 0 da covid no Brasil foi confirmado no dia 26 de fevereiro, já a primeira morte foi registrada no dia 17 de março, em São Paulo e, no mesmo mês, o *lockdown* foi decretado na grande maioria dos municípios brasileiros. Por conta da rápida disseminação do vírus, diversas medidas protetivas foram tomadas abruptamente e, em grande parte, de maneira desorganizada e mal explicada. Na verdade, muito pouco se sabia sobre o que estava de fato acontecendo no Brasil, quem dirá no mundo.

Apesar da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, embasados por pesquisas científicas confiáveis, recomendarem o distanciamento social através da política do “fique em casa”, percebe-se que desde o início da propagação do vírus existia uma grande ignorância quanto às dimensões que o problema poderia alcançar e ainda houveram estímulos que pioraram a situação em que o país se encontrava. Em 24 de março, o presidente da república, em pronunciamento público na TV aberta, caracterizou a COVID-19 como “gripezinha”. No decorrer dos meses seguintes, o governo federal continuou negligenciando o avanço da doença, realizou declarações contra o uso de máscara, incentivou aglomerações, encorajou o uso de medicamentos sem eficácia comprovada e defendeu a imunização de rebanho, enquanto a média móvel do número de doentes e mortos não parou de crescer em todo o país.

A partir do mês de abril, ficou ainda mais evidente a confusão política e o desalinhamento que existia entre a presidência da república e o Ministério da Saúde. Em meados de abril, o ministro Luiz Henrique Mandetta é demitido e o médico Nelson Teich assume. Em um intervalo de menos de um mês, Teich decide se afastar. Ambos os médicos deixaram o cargo por não estarem em concordância com os posicionamentos da presidência, que buscava interferir politicamente na pasta da saúde. Essa necessidade de controle foi considerada essencial para a decisão de quem tomaria posse do cargo de chefe do ministério, entregue ao general Eduardo Pazuello desde maio, mas efetivado oficialmente apenas em setembro de 2020. O militar, pertencente à ala ideológica do governo, chegou a mencionar em entrevista que seguiria uma lógica em que “um manda e o outro obedece”,¹⁰ sendo fiel às ordens do presidente.

As discussões a respeito da vacinação chegam ao Brasil de maneira lenta, politicamente negacionista, tendo em vista o cenário estabelecido, em que as pessoas du-

vidavam da origem e das motivações governamentais para que a vacinação acontecesse. Inicialmente, cria-se um paralelo entre a vacina chinesa - vista fantasiosamente como um mecanismo de controle mundial – e a desenvolvida pelo Instituto Butantan de São Paulo – à época chamada de “vacina do Dória”, governador do estado, muito criticado por se apropriar do discurso da vacina como instrumento político.

Apesar da oferta dessas e outras empresas estrangeiras, que viam o Brasil como grande potencial para se tornar vitrine de vacinação, o governo federal rejeitou as negociações com fornecedores da vacina, disseminou xingamentos à China e prejudicou sua imagem enquanto Estado presente no mercado internacional. Em 17 de dezembro de 2020, o presidente deixou claras suas dúvidas a respeito da vacina da Pfizer, e declarou que: “Se você virar um jacaré, é problema seu”.¹¹

No final do ano de 2020, tal negacionismo do governo afetou diretamente o estado do Amazonas, que por muitas vezes notificou o baixo nível de medicamentos e solicitou oxigênio para as Unidades de Terapia Intensiva (UTI) – informações que foram omitidas e ignoradas pelo Ministério da Saúde. Essas negligências do governo, somadas ao grande número de doentes e à disseminação de uma nova variante do vírus, provocaram o colapso do sistema de saúde da cidade de Manaus, em janeiro de 2021. A capital do Amazonas chegou a realizar mais de 100 sepultamentos por dia, devido ao grande número de mortos por insuficiência respiratória, segundo dados repassados pela prefeitura da cidade ao site G1 da emissora Globo.¹²

Em contrapartida, ainda no mês de janeiro, foram aprovadas pela Anvisa as vacinas Oxford e CoronaVac, que trouxeram uma esperança relativa sobre os desdobramentos da pandemia. Entretanto, a vacinação no Brasil aconteceu de maneira muito lenta se comparada aos outros países. No mês de março ocorreu a quarta troca de ministro da saúde, em que Marcelo Queiroga assumiu o cargo, período no qual ficou evidente que a desorganização nas negociações da vacina e a demora para imunização da população colaboraram para a propagação do vírus. No final do mês, a secretaria de saúde repassou dados que constatarem a marca de 3 mil vidas perdidas em um único dia no Brasil.

Tantas falhas no gerenciamento da crise provocaram grande desconfiança por parte do Congresso Nacional que instaurou, em 27 de abril de 2021, a Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Covid, para investigar ações e omissões no enfrentamento da pandemia, bem como apurar denúncias concretas de irregularidades no governo. Recentemente, temos acompanhado os desdobramentos dessa comissão, que apura suspeitas de corrupção na compra de vacinas por parte do Ministério da Saúde, gerido atualmente por militares e políticos do centrão. Toda essa crise política contribui para o desarranjo econômico-social do país, colocando em evidência uma série de problemas estruturais que ocorrem desde muito antes da pandemia.

Uma das premissas do ser humano é se sentir pertencente a um povo, se relacionar com seus semelhantes e estar presente em atividades sociais. As cidades surgem como espaços de manifestação político-cultural, onde as pessoas se organizam em prol de uma vida comunitária, baseada na divisão de tarefas, na sobrevivência conjunta e na perpetuação da tradição. Com o avanço da pandemia, esse sentimento de coletividade foi colocado em risco, uma vez que o distanciamento social é defen-

dido pela Ciência como a medida mais eficaz para conter o avanço do vírus. Nesse sentido, fomos impelidos ao hábito de temer o convívio com outras pessoas, por estarmos condicionados ao pensamento de que qualquer um pode estar infectado.

Por conta do isolamento necessário, surgem diversas estratégias para dar continuidade às atividades cotidianas sem que o deslocamento e o contato próximo entre as pessoas aconteçam. São incentivados o trabalho e a educação através de plataformas remotas, bem como o uso de serviços essenciais, como supermercados e farmácias, através de aplicativos de *delivery*.¹³ Devido ao mantra do “fique em casa” e à provável permanência do *home office* pós pandemia, tem surgido entre as pessoas da classe média-alta da sociedade um grande movimento de observação para dentro de suas próprias casas e, por isso, muitas reformas estão acontecendo para tornar os ambientes mais confortáveis e agradáveis - inserção do verde com plantas, valorização e procura de residências com varandas ou quintais, por exemplo. Dessa forma, o mercado imobiliário se favoreceu durante a pandemia, alcançando seu melhor desempenho em 10 anos, subindo 24% no semestre, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (2021).

Em contrapartida, a pandemia escancarou problemas sociais relacionados à segregação socioespacial, ao déficit habitacional, à fragilidade do sistema de mobilidade, à precariedade das moradias e à falta de acesso aos serviços básicos de higiene. Por isso, é importante considerar que permanecer em casa na pandemia da Covid no Brasil foi e é um privilégio de poucos. Ou seja, em certas medidas, podemos falar em uma utopia distante da realidade concreta da maioria da população brasileira. Uma grande parcela da sociedade precisa ir para as ruas realizar trabalhos informais em busca do sustento familiar, sendo exposta ao risco de contaminação pelo convívio necessário com outras pessoas.

Além disso, é muito relevante a quantidade de brasileiros que vivem em condições de moradia precária, sem acesso ao sistema de água encanada e saneamento básico. De acordo com o Ranking do Saneamento Básico 2019 do Instituto Trata Brasil, com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, os números correspondem a “quase 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada, 100 milhões sem coleta de esgotos (representando 47,6% da população) e somente 46% dos esgotos produzidos no país são tratados” (Saneamento em Pauta, 2020). Essa realidade ocasiona maior dificuldade na prevenção de doenças como a Covid, além de promover altos índices de poluição nos leitos de água por todo o país.

Diante das modificações cotidianas que acontecem por conta da Covid, são formadas novas interpretações dos espaços públicos, sendo elas concepções negativas e positivas acerca das relações sociais na cidade. De maneira negativa, percebe-se que novas regras de convívio e distanciamento abriram caminhos para que as pessoas se fechassem cada vez mais em suas bolhas sociais, criando condições para a construção de espaços isolados das cidades, longe de espaços públicos democráticos. Esse fenômeno de segregação voluntária é conhecido na arquitetura como “enclaves fortificados”,¹⁴ caracterizados pela renúncia da vida urbana, por parte dos mais ricos, que optam por viver em condomínios fechados e frequentar locais mais privativos, que transparecem uma falsa harmonia social.

Paradoxalmente a essa visão de desligamento social, outra parcela da população passou a se apropriar de espaços públicos anteriormente subutilizados, quando a pandemia atingiu uma situação mais estável. Essas pessoas começaram a frequentar praças e parques públicos em suas vizinhanças para suprir a necessidade de saída do ambiente enclausurado de suas residências. Nesse sentido, houve um movimento de maior valorização da natureza, das interações sociais e da vida em comunidade.

Defronte a essas observações já realizadas por pesquisadores de diversas áreas, especialmente no nosso campo de estudo, a arquitetura e urbanismo, percebemos como fundamentais análises no sentido de uma maior compreensão acerca do como a situação pandêmica tem acarretado mudanças de hábitos e, ao mesmo tempo, como ela escancarou problemáticas urbano-sociais pré-existentes. Com tais evidências, propomos uma continuidade e aprofundamento nesses estudos, para que coerentes propostas político-espaciais possam ser trabalhadas em prol de melhorias à sociedade, especialmente nesse momento, ou seja, utopias pautadas na realidade. Foi a partir desse intuito, que realizamos o exercício sobre o qual trata nosso artigo, compartilhando alguns apontamentos mais diretamente relacionados a essa atividade no tópico que segue.

Nossos “paraquedas coloridos”: conclusões preliminares

Na emergência de repensar nossas cidades, espacialidades e modos de vida, como mencionado, invocamos a ideia de utopia para o esboço de devires possíveis no tocante à arquitetura e urbanismo. Reforçamos que as utopias atuam exatamente nessa mobilização de imaginários, que, embora escapem ao pré-estabelecido, estão ancorados em específicos contextos e temporalidades, projetando-se como possibilidades futuras. O exercício acadêmico que trazemos nesse relato foi pensado nesse sentido. Faremos, então, alguns apontamentos e conclusões preliminares diante do que foi apresentado, proposto e discutido nessa atividade, realizada no primeiro semestre de 2021.

De modo a contribuir com todo um corpo de pesquisadores empenhados em repensar questões relativas à *urbe* nesse momento da pandemia pelo novo COVID-19, estando ainda vivenciando essa temporalidade específica, ou seja, olhando para o objeto de estudo inseridos nele, sem um distanciamento do mesmo, enfatizamos o caráter preliminar das nossas análises e conclusões. Tais análises foram organizadas de forma sistemática, a fim de facilitar a compreensão das diversas abordagens que surgiram nos trabalhos. Seguiremos o relato através de quatro tópicos por nós definidos: como a utopia foi entendida nas propostas apresentadas; como elas se traduziram no exercício de cada grupo; quais conceitos e elementos permearam todas as utopias (ou a maioria delas); e quais questões mais específicas podem ser destacadas.

Diante da pandemia que, especialmente no contexto nacional, como abordado, acirrou as desigualdades sociais e as problemáticas urbanas pré-existentes, a noção de utopia invocada, de fato, apareceu extremamente pautada na nossa realidade.

Assim, as utopias não se apresentaram como projetos irrealizáveis, muito embora pareçam distantes de serem concretizadas, devido a condições estruturais de precariedade e inoperância governamental no nosso país. Ou seja, a situação vivida no Brasil e a própria lógica neoliberal das reformas urbanas aqui já realizadas parecem tornar qualquer programa que fuja a essa lógica uma “utopia”. Todavia, conforme já pontuado, assumimos especialmente as noções de utopia defendidas por Freire (2001) – a utopia como “realidade projetada” – por Santos (2000) – a utopia como outro possível – e por Krenak (2019) – a utopia como mobilizadora.

Assim, nas propostas defendidas, a ideia de utopia seguiu basicamente três caminhos que se complementam: utopia como crítica, utopia como questão social, utopia como necessidade. Nesses três entendimentos, o que nos parece ficar evidente é que todos os grupos pensaram sobre aquilo que sentem falta, que lhes afetam e, em um extremo desse aspecto, aquilo que lhes causa choque. Por conseguinte, podemos dizer que há uma relação realmente muito próxima dos projetos com a realidade vivida. Essa espécie de “utopia pé no chão”, como mencionado por uma das estudantes no debate em aula, o estar mais “presos” à realidade, provavelmente representa uma maior “maturidade” de vivência em um longo período de contexto pandêmico, do qual parece não haver fuga ou escapatória possível. Não trazemos essa consideração como uma afirmação, mas vemos nesta fala uma sensação importante de ser aqui citada.

Em relação à tradução do entendimento de utopia nas propostas, percebemos diferentes escalas e formas de pensar/criar. Conseguimos definir três dessas configurações de outros imaginários possíveis, observadas nos trabalhos: propostas projetuais, programas de necessidades e programas de governo. Os trabalhos que apresentaram propostas projetuais trouxeram partidos de forma urbana ou minimamente um desenho inicial de organização urbanística. Apareceram também aqueles que, por sua vez, listaram uma série de intervenções a serem posteriormente pensados projetualmente, configurando, portanto, um programa de necessidades. Por fim, algumas equipes optaram por propor formas de gestão urbana, como outros programas governamentais possíveis, especialmente com viés social.

Apesar das diversas configurações que as propostas seguiram, percebemos nelas alguns conceitos e elementos recorrentes. Acreditamos ser fundamental destacá-los, pois evidenciam os afetos e desejos no tocante à melhora do atual contexto vivido. De antemão, acabamos percebendo também que são aspectos que traduzem possibilidades de cidades mais voltadas às pessoas, independentemente da pandemia.

Nesse sentido, nos parece que o contexto pandêmico, ao mesmo tempo em que tem intensificado as diversas problemáticas urbanas pré-existentes, trouxe também à tona uma sensibilização em prol de uma retomada da cidade, especialmente de suas áreas livres públicas. Nos debates realizados, esses espaços mais abertos e amplos, com vistas para o céu, foram descritos como potenciais em garantir maior sensação de liberdade às pessoas. Da mesma forma, são palco de uma plausível convivência coletiva, com os distanciamentos atualmente necessários, e onde são possibilitadas conexões com a natureza. O convívio social foi, então, uma ne-

cessidade recorrente nos trabalhos – deu nome, inclusive, a uma das utopias: a “cidade conviverre”.

A presença do verde também foi marcante nas propostas, tanto naquelas que trouxeram programas, mencionando a necessidade dessas áreas vegetadas nas cidades, muito com referência nas cidades-jardins do início do séc. XX,¹⁵ quanto nas propostas de projeto. Foram pensados, por exemplo, “*pocket parks*”: várias pequenas áreas verdes espalhadas pela cidade para uso cotidiano variado – hortas urbanas, locais para prática de caminhadas e outros exercícios físicos, atividades de lazer, espaços de contemplação e relaxamento. Esses espaços estariam, portanto, associados à saúde física e mental. Foram ainda citadas noções que os permeiam: tranquilidade, conforto ambiental e higiene – não por coincidência, retomamos anteriormente as utopias de cunho higienista/sanitarista.

Além da melhor distribuição das áreas verdes pela cidade, foram pensadas cidades policêntricas, no sentido de uma melhor distribuição dos demais serviços urbanos na cidade. Em oposição aos projetos de cidades setorizadas, observados nas práticas urbanas modernistas, prevaleceu em nosso exercício a inserção de diferentes funções dentro de uma mesma região. Uma utopia que evidenciou esse olhar foi a proposta de uma “Cidade-célula” (FIG. 03): nessa “menor escala”, em uma metáfora comum com a estrutura humana, todo o organismo fica evidente. Idealizações semelhantes têm sido elaboradas para além do nosso espaço de debate, sendo trazido como referência pela própria turma a chamada “Cidade de 15 minutos”, já abordada por nós neste ensaio.

A mobilidade urbana foi outro aspecto inserido na maioria das apresentações. Em parte, foi mencionada como ponto essencial a ser trabalhado em um programa urbanístico, conectando pontos da cidade e dando acesso a ela, por meio de infraestruturas urbanas mais fluidas e diferentes meios de transporte, principalmente com melhorias no sistema coletivo público. Essa ideia de uma cidade conectada chegou a intitular um dos trabalhos: “Horizonte conectado”. Por outra via, a mobilidade urbana apareceu também como projetos de ciclovias e de uma “vida a alcance da caminhada” – como pressupõe a própria ideia da “Cidade de 15 minutos”, acima citada. Nesses projetos, tornou-se evidente o desestímulo aos veículos privados e, como pano de fundo, a retomada do uso das ruas.

Outra característica comum presente foi a flexibilidade enquanto conceito projetual, ou seja, a criação de espaços adaptáveis a múltiplas funções. Essa ideia esteve no pensamento de áreas públicas na escala urbana, mas também nas proposições relacionadas a habitações – objeto igualmente recorrente nos trabalhos. Na escala da moradia, tivemos ainda alguns programas privilegiando o conforto, cuidados de higiene e salubridade. Para além dos espaços multiusos, com adaptações para o trabalho realizado de casa (*home office*) e para atividades físicas, foram listados nesses programas recursos para o contato com o exterior (janelas e varandas, por exemplo) e a presença de plantas nos interiores.

Como último ponto a ser trazido na análise do exercício realizado, gostaríamos de citar ainda algumas questões mais específicas que se diferenciaram em alguns trabalhos. Em relação ao *home office*, que passou a ser comum em alguns setores da

Figura 03: “Cidade-célula”, um dos trabalhos desenvolvidos em AUB (2021/1)



Fonte: Acervo da disciplina Arquitetura e Urbanização Brasileira (PUC-Minas), 2021.

Figura 04: O direito à moradia na pandemia, uma das questões tensionadas no trabalho desenvolvido em AUB (2021/1).

Os abrigos Orlandi foram projetados baseado no conceito de que todo ser humano tem o direito a uma moradia digna. São feitos de plástico reciclável, promovendo, então, cidades sustentáveis e acolhedoras. É a forma de ressocializar os que são marginalizados sem obrigá-los a ter renda fixa, como fazem os projetos sociais de habitação atuais, e de protegê-los na pandemia.

FIQUE EM CASA?

ARQUITETURA E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

GIOVANNI HACHADO
GIOVANNA LAURITO
IGOR DE ASSIS
MAURÍLIA MENDES

ARQ URB PUC MINAS

Pandemia - Moradia - Utopia

HIGIENISMO SEC. XIX

O higienismo do século XIX foi uma tentativa estatal em vista das sucessivas ocorrências de surtos de cólera, varíola e febre amarela (que aumentavam o número de mortes entre da população), de solucionar o problema da epidemia com medidas drásticas como a defesa de padrões sociais e de comportamentos higiênicos que se manifestaram de forma excludente e perversa: a vacinação obrigatória, que gerou revoltas, e a remoção sem reassentamento das famílias que habitavam os cortiços do centro do Rio de Janeiro.

ATUAL PANDEMIA

Em 2020, uma nova pandemia assolou o mundo, e a COVID-19 se tornou uma das mais letais doenças do trato respiratório. Em resposta a isso, governos em todo o planeta tomaram medidas drásticas para controlar a disseminação do novo coronavírus, o Sars-CoV-2, como o isolamento social e, por vezes, o chamado "lockdown", cujo jargão "fique em casa" se tornou objeto de discussão, tendo-se em vista a enorme desigualdade social e a ineficiência do Estado de cumprir seus deveres básicos, como o de garantir moradia digna a todos.

DIREITO À MORADIA

Corpo animal sedentário, o homem necessita habitar, e o direito à moradia deve ser garantido pelo Estado para os menos favorecidos que estão à margem das cidades e principalmente aqueles que são expulsos dos centros delas porque tentam habitar seus espaços vazios e cinzas de concreto (como viadutos e praças). O novo higienismo do século XXI é aquele que, em nome de uma "limpeza urbana", expulsa seus cidadãos desprovidos de tudo do único lugar que lhes resta habitar de modo minimamente digno: os espaços frios de passagem.

UTOPIA

O cenário atual exige: "Fique em casa". Mas como cumprir se não há habitação para todos? A pandemia do novo coronavírus escancarou ainda mais a realidade do abismo social que se refere à moradia, e evidenciou como as pessoas em situação de rua são as mais vulneráveis às pestes e calamidades públicas, justamente as que são feitas de invisíveis pelo Estado e pela informação. É necessário habitar para se proteger, e é necessário que o Estado cumpra seu dever de prover habitação. Por isso, o conceito dos abrigos Orlandi pode ajudar a solucionar o problema.

Fonte: Acervo da disciplina Arquitetura e Urbanização Brasileira (PUC-Minas), 2021.

sociedade, principalmente entre a classe média, uma equipe problematizou se esse tipo de prática poderia ser considerado em si mesmo uma utopia, pelo que exigia de adaptação nas residências, onde nem sempre é possível uma imersão em ambiente de trabalho. Diante desse questionamento, criaram como utopia núcleos espalhados pela cidade, configurando unidades de trabalho “em isolamento”, porém com certo convívio social.

Questões de gênero também apareceram em uma equipe que definiu uma série de diretrizes para um novo governo. Tais diretrizes incorporam a noção de cidade inteligente democrática,¹⁶ com o uso de tecnologias acessíveis a todos habitantes (*wi-fi* de uso livre, por exemplo) e, especialmente, um botão SOS Mulher para vítimas de violências. A proposta vem em resposta aos dados que nos mostram que desde que as medidas de isolamento social entraram em vigor, o número de violência doméstica também aumentou.¹⁷ Ou seja, de novo a pandemia parece escancarar ou dilatar problemáticas pré-existentes a ela.

No tocante à habitação, houve uma abordagem especificamente sobre o direito à moradia. O trabalho enfocou o questionamento acerca do jargão da atual pandemia – “fica em casa” – apontando uma problemática social muito comum aos grandes centros urbanos brasileiros: as pessoas em situação de rua. Ou seja, a própria visão da pandemia é excludente por desconsiderar que existem aqueles que não têm opção de ficar em casa pela própria inexistência de moradias. Nesse sentido, o grupo propôs um modelo de abrigos individuais (FIG. 04), com referência a práticas projetuais contemporâneas já atuantes nessa linha.

Em um tom crítico semelhante, relacionado à ideia de uma pandemia excludente em suas “soluções”, outro grupo identificou o *lockdown* como uma utopia – uma utopia elitista, exatamente por ser uma prática inviável a muitos, por questões ligadas ao trabalho, especialmente a situações de informalidade no setor, e impossível para outros, como acima esboçado. Como tensionamento ao debate, os estudantes apresentaram, de forma irônica, um “*lockout*”, a partir do qual se faria uma “limpeza” no planeta Terra, levando alguns segmentos menos favorecidos da sociedade para uma vida em Marte. Essa proposta, trazida como um Plano de Governo, seria vendida como positiva a todos. Na verdade, por trás dela, observamos todas as desigualdades sociais ainda mais escancaradas pelo contexto pandêmico. Coerente com essa proposta, o grupo trouxe ainda outras críticas à forma com a qual o atual Governo Federal tem lidado com a pandemia pelo COVID-19 no Brasil (FIG. 05), como descrevemos no tópico 4 deste ensaio.

Um último trabalho a ser aqui citado problematizou o exercício de se pensar paraquedas coloridos, no plural. Em um trocadilho com o nome da atividade, trouxeram “um paraquedas só”, enfatizando o individualismo exacerbado em nossa sociedade contemporânea, para além da pandemia - aspecto sobre o qual também comentamos na contextualização no Brasil. Nesse momento, todavia, estaria cada um literalmente em sua própria bolha, como propôs de maneira crítica o grupo (FIG. 06).

Por fim, diante do exposto, a princípio pode nos parecer uma visão otimista a crença em utopias. Por vezes, na história, vislumbramos projetos utópicos que

Figura 05: Plano de Governo irônico, criado por um dos grupos em AUB (2021/1), como crítica à atual situação no Brasil

BRASIL ACIMA DE TODOS

PLANO DE GOVERNO



KIT PANDÊMICO JACAREZINHO

NOVAS MEDIDAS DE IDENTIFICAÇÃO E LOCKOUT

SE VOCÊ RECEBE MAIS DE DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS: FIQUE EM CASA!



PLANO DE GOVERNO

Inspirados em medidas de modernização das cidades Europeias, o governo propõe novas formas de identificação e Lockout.

Forneceremos Kits que facilitarão a identificação de indivíduos infectados com o vírus da COVID-19.

Através de ferramentas dispostas nas ruas, as pessoas serão identificadas através de câmeras, para serem direcionadas ao programa Lockout.

O programa consiste na filtragem e direcionamento de pessoas a um programa de reabilitação.



CÂMERA IDENTIFICADORA DE COVID-19

Fundação bumbumtantan desenvolve câmera identificadora que mostra quem está infectado com o novo Corona vírus

Fundação Bumbumtantan anunciou no dia 17 que desenvolveu um laser que identifica quem está infectado com Covid-19. As câmeras serão posicionadas nas ruas e farão uma leitura a laser para identificar os portadores do vírus, ativando uma luz verde no ítem marcador, parte do kit etiqueta disponibilizado pelo governo. Após a identificação, as autoridades competentes são chamadas imediatamente através do número 190 e irão retirar o indivíduo das ruas, tomando todas as precauções necessárias. Caso a pessoa esteja dentro dos requisitos apresentados abaixo, ela será encaminhada ao Projeto Limpeza.









Grupo: Gabriela S. Camila C. Izabela P. Diogo W. Sílvia P.



Ministro diz: "Ninguém ficará de fora"

KIT-ETIQUETA

A população receberá etiquetas que devem ser presas no braço, para possibilitar identificação de contaminação pelas câmeras.



SE O TRIÂNGULO FICAR VERDE, ISOLE-SE E DISQUE 190 PARA MAIS INFORMAÇÕES

Se você tiver mais de dois salários mínimos, poderá ser desentiquetado, recebendo a cura.

PROJETO LIMPEZA

Programa LockOUT 19

Com o objetivo de manter a cidade limpa e livre do vírus, foi lançado o Programa LockOUT 19. O projeto foi criado com intuito de fornecer para aqueles com renda inferior a dois salários mínimos uma alternativa de se isolarem em local seguro para sua recuperação. Localizado em Marte, o ambiente proporciona segurança para a população na Terra, garantindo que os infectados de baixa renda não continuem a propagar o vírus pelo país.



PREFEITURA

INICIA CHAMADA PARA INFECTADOS OU NÃO

COM ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS



SOBRE O PROGRAMA

Seleção dos participantes

Pessoas com renda acima de dois salários mínimos não podem fazer parte do programa. Ele será direcionado a um grupo restrito de pessoas com baixa qualidade de vida, contaminados pelo vírus, que, após cadastro no sistema da AEB, serão sorteados.

A vida em Marte

Como refúgio, o planeta conta com atividades exóticas jamais vistas na Terra. As pessoas selecionadas poderão explorar o local e uma nova dinâmica de vida enquanto trabalham e ajudam as pessoas na Terra em nossos campos de mineração.

VENHA SER UM CIDADÃO HONORÁRIO!

O programa conta com distribuição mensal de comida em barra, um excelente e nutritivo composto de soja*.

*Atenção: Qualquer semelhança com raio é uma mera coincidência. O Ministério da Saúde Adverte: não use. NÃO se cura e não se cura com um meio de vida. Tanto sobre o nome - ISS (ISS) 2021.



Fonte: Acervo da disciplina Arquitetura e Urbanização Brasileira (PUC-Minas), 2021.

Figura 06: “Um paraquedas só”, trabalho desenvolvido em AUB (2021/1)



Fonte: Acervo da disciplina Arquitetura e Urbanização Brasileira (PUC-Minas), 2021.

ao se materializarem não necessariamente resultaram em melhores condições à sociedade. Todavia, retomamos a convocação do “paraquedas coloridos” para reforçar a potência das utopias na criação de devires – possibilidades outras de habitar o mundo. Rompendo aqui com qualquer lógica textual, fechamos então com essa imagem, citando Krenak (2019). Se já estamos em queda... “então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos” (Krenak, 2019: 31).

Recibido 16 de julio de 2021 – Aceptado 21 de diciembre de 2021

* Helena Tuler Creston (autora): Arquiteta-urbanista, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPGAU-UFBA, onde atuou como colaboradora no grupo Laboratório Urbano (FAUFBA). Atualmente professora substituta na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Departamento de Projeto, História e Teoria, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: helenatuler@hotmail.com

Gabriela Minuci França (coautora): Estudante do sétimo período em Arquitetura e Urbanismo (AU-PUC Minas, Belo Horizonte). E-mail: gabrielaminucif@gmail.com

Isabella Lá-Badie de Abreu (coautora): Estudante do oitavo período da graduação em Arquitetura e Urbanismo (AU-PUC Minas, Belo Horizonte) e Técnica em automação Industrial (COLTEC-MG). Atuante em Iniciação científica (PROBIC). E-mail: labadiearqeurb@gmail.com

Marcella Oliveira Quintino dos Santos (coautora): Estudante do oitavo período de Arquitetura e Urbanismo (AUL-PUC Minas, Belo Horizonte). E-mail: marcellaoliveiraq@gmail.com

Marina de Oliveira Carvalho (coautora): Estudante do oitavo período de Arquitetura e Urbanismo (AUL-PUC Minas, Belo Horizonte) e do sexto período de Licenciatura em Geografia (UFMG). E-mail: marinaocarvalho@gmail.com

Notas

¹ O devir foi teorizado nas obras de Deleuze e Guattari, sobre processos micropolíticos de subjetivação. Viveiros de Castro (2015) retoma e sintetiza esse conceito como o processo do desejo, o processo de produção do inconsciente, uma intensidade que produz realidade – o desejo como agente ativo da criação de mundos. É essa a definição e sentido aqui empregados por nós.

² BRASIL. Decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850. Concede ao Ministério do Império um crédito extraordinário de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendam a melhorar o estado sanitário da capital e de outras províncias do Império. Parte da *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro.

³No livro *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria* (1998), Bonduki trata de forma interdisciplinar a história da habitação popular no país.

⁴No periódico *Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos - A Modernização da Moradia no Rio de Janeiro*, Lilian Fessler Vaz analisa o surgimento da cidade moderna, especialmente as habitações coletivas.

⁵O conceito de biopolítica foi desenvolvido por Foucault principalmente na obra *Nascimento da biopolítica* (1979), na qual buscou compreender como o poder se desenvolve e se transforma na sociedade a partir da industrialização e como passa a conduzir todos os aspectos da vida das pessoas, através de mecanismos de controle (saber-poder).

⁶Fala de Carlos Moreno, em reportagem do site Mobilize, acessada pelo link: <http://www.mobilize.org.br/noticias/12461/o-projeto-para-tornar-paris-uma-cidade-de-15-minutos.html>.

⁷Essa divulgação da 17ª Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza pode ser acessada pelo link: <http://www.bienal.org.br/post/8788>.

⁸Em referência ao livro de Jan Gehl, *Cidades para Pessoas* (2010).

⁹O “centrão” corresponde a um grupo de parlamentares que representa grande poder na aprovação de projetos de interesse do Planalto. Em entrevista à CNN Brasil, o cientista político Rafael Cortez chegou a caracterizar o grupo como uma associação aos políticos que pertencem a partidos com baixa probabilidade de disputa das eleições presidenciais, e que, por isso, se movimentam de maneira mais fluida em grupos políticos. Essa entrevista foi publicada em 14/06/2020 e pode ser acessada no site da CNN através do link: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/06/14/o-que-e-o-centrao-o-grupo-que-domina-o-congresso-e-se-aproximou-de-bolsonaro>.

¹⁰Uma reportagem do canal de notícias G1 apresentou a notícia de que Eduardo Pa-

zuello, ministro da saúde, disse a frase “é simples assim: um manda e o outro obedece”, em transmissão ao vivo ao lado do presidente, no dia 22 de outubro de 2020. O vídeo da reportagem encontra-se disponível no link: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuello-ao-lado-de-bolsonaro.ghtml>.

¹¹Em conferência pública, o presidente da república colocou em questionamento os possíveis efeitos colaterais da vacina Pfizer, mencionando que a empresa declarava em contrato não se responsabilizar por tais efeitos. Nesta declaração, o presidente trouxe uma fala popular de que, se as pessoas virassem jacaré (ao tomar a vacina), não era de responsabilidade da empresa. Tal fala foi noticiada em vários canais virtuais, como, por exemplo, no portal Istoé, que pode ser acessado pelo link: <https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-irar-um-jacare-e-problema-de-voce/>.

¹²A notícia contendo os dados mencionados foi publicada pelo G1 em 22/01/2021 e pode ser acessada pelo link: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/22/manuel-registra-mais-de-200-enterros-nas-ultimas-24h-marca-e-superada-pela-3a-vez-em-janeiro.ghtml>.

¹³Não faremos aqui uma avaliação do trabalho remoto (*home office*), tampouco da precarização dos trabalhadores em serviços de entregas (*delivery*) via aplicativos, mas entendemos que também é um debate que precisa ser realizado.

¹⁴Enclaves fortificados “são propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do privado ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade” (Caldeira, 2000: 258).

¹⁵O modelo de cidade-jardim concebido por Ebenezer Howard consiste em uma idealização de cidade-campo em uma estreita relação de cooperação mútua, como citado anteriormente no texto.

¹⁶O termo “cidade inteligente” (*smart city*) tem sido usado na última década para a

legitimação de projetos que envolvem a contratação de soluções tecnológicas pelo poder público, especialmente associado ao discurso de cidades mais limpas, seguras e funcionais. Todavia, alguns pesquisadores questionam qual a economia política por trás desse uso, concluindo que, por vezes, faz parte de uma agenda neoliberal, como estratégia de descentralização da governança nas cidades e crescentes privatizações de serviços públicos. Em contrapartida, Evgeny Morozov e Francesca Bria propõem alternativas democráticas, através de um conjunto de “intervenções pragmáticas” de cidades inteligentes, posicionamento este “fundado na ideia de cidades digitais democráticas, de código aberto e baseadas em bens comuns

construídos de baixo para cima” (Morozov; Bria, 2019: 98). A proposta apresentada pelo grupo em nosso exercício conecta-se com esse olhar.

¹⁷ No Rio de Janeiro, por exemplo, segundo dados do TJRJ, publicados no jornal O Globo ainda em maio de 2020, estima-se que o número de casos durante o período de confinamento tenha aumentado em 50%, sendo que esse valor pode ser ainda maior, já que o isolamento social dificulta os registros de ocorrências nas delegacias de polícia. A notícia pode ser acessada pelo link: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/violencia-domestica-dispara-na-quarentena-como-reconhecer-proteger-denunciar-24405355>.

Referencias bibliográficas

AFP. Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’. (2020). *Istoé*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-vice-um-jacare-e-problema-de-voce/>.

AFP/DN. Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’. (2020). *Diário de Notícias*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-sobre-a-vacina-de-pfizer-se-voce-se-transformar-num-jacare-e-problema-e-seu-13155253.html>.

Almeida, R. M. (2017). ‘Uma Cidade Industrial’ de Tony Garnier: repensando a gênese do urbanismo progressista, no centenário de sua publicação. *Revista de Morfologia Urbana*, 5 (1), 15-26. Recuperado em 15 julho, 2021, de <http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/6>.

Andrade, L. M. S. (2003). O conceito de cidades-jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. *Vitruvius*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>.

Azevedo, E. (2019). Comer: ato político. *Piseagrama*, seção Extra! Recuperado em 15

julho, 2021, de <https://piseagrama.org/comer-ato-politico/>.

Bonduki, N. (1998). *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.

Brancaleone, C. (2008). Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, 39 (1), 98-104. Recuperado em 15 julho, 2021, de <http://www.periodicos.ufc.br/revciensol/article/view/511>.

BRK Ambiental. (2020). Saneamento básico no Brasil: conheça os números das regiões do país. *Saneamento em pauta*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://blog.brkambiental.com.br/saneamento-basico-no-brasil/>.

Brum, E. (2020). O futuro pós-coronavírus já está em disputa: como impedir que o capitalismo, que já nos roubou o presente, nos roube também o amanhã? *El País*. Recuperado em 15 julho, 2021, de https://brasil.el-pais.com/opinion/2020-04-08/o-futuro-pos-coronavirus-ja-esta-em-disputa.html?event_log=fa&o=cerrbr.

Caldeira, T. P. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, SP: Editora 34.

Carlos, A. F. A. (2007). *O lugar no/do mundo*. São Paulo, SP: FFLCH.

Choay, F. O. (2005). *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo, SP: Perspectiva.

Cirillo, B. (2021). O projeto para tornar Paris uma 'cidade de 15 minutos'. *Mobilize*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <http://www.mobilize.org.br/noticias/12461/o-projeto-para-tornar-paris-uma-cidade-de-15-minutos.html>.

Clausen, M. (2018). A cidade é nossa horta. *Piseagrama*, 12, 62-65. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://piseagrama.org/a-cidade-e-nossa-horta/>.

Coleção das leis do Império do Brasil. (1850). Rio de Janeiro. Recuperado em 15 julho, 2021, de https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_26.pdf#page=2

Cordeiro, S. L. (2010). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Freire, P. (2001). Algumas reflexões em torno da utopia. In Freire, A. M. A. (org.). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo, SP: UNESP.

Foucault, M. (2010). *Nascimento da biopolítica*. Coimbra, Portugal: Edições 70.

Fundação Bienal de São Paulo. (2021). Conheça a participação oficial do Brasil na 17th Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza. *Bienal*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <http://www.bienal.org.br/post/8788>.

Gehl, J. (2013). *Cidade para pessoas*. São Paulo, SP: Perspectiva.

Góis Junior, E. (2007). Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. X *Simpósio Internacional – Processo Civilizador*. Recuperado em 15 julho, 2021, de [\[estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anaais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Goi_s_Jr.pdf\]\(http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anaais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Goi_s_Jr.pdf\).](http://www.uel.br/grupo-</p></div><div data-bbox=)

Howard, E. (1902). *Garden Cities of Tomorrow*. London: S. Sonnenschein & Co.

Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Latour, B. (2020). Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. *N-1 Edições*. Recuperado em 15 julho, 2021, de http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS_2.pdf.

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Linha do tempo mostra os principais fatos da pandemia no Brasil. (2021). *O Globo*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://oglobo.globo.com/sociedade/linha-do-tempo-mostra-os-principais-fatos-da-pandemia-no-brasil-24897725>.

Lucchesi, B. M. D. (2018). Do cortiço às vilas operárias: políticas públicas e a construção do cotidiano nos quintais paulistanos. *Anais Encontro Anpuh*. Recuperado em 15 julho, 2021, de https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anaais/8/1531745890_ARQUIVO_Docorticoasvilasoperarias-politicaspublicaseaconstrucaodocotidianonosquintaispaulistanos_BiancaLucchesi.pdf.

Manaus registra mais de 200 enterros nas últimas 24h; marca é superada pela 3th vez em janeiro. (2021). *G1 Amazonas*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/22/manuel-registra-mais-de-200-enterros-nas-ultimas-24h-marca-e-superada-pela-3a-vez-em-janeiro.ghml>.

Mantovani, R., & Marques, M. C. D. C. (2020). Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 27 (2), 337-354. Recuperado em 15 julho, 2021, de

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/yMLRbdcvgNYtQFP5Mr57gYC/?lang=pt>.

Marques, L. P., & Romualdo, A. S. (2015). A utopia em Paulo Freire e o paradigma da inclusão. *Revista Educação Especial*, 28 (52), 269-280. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/15707/pdf>.

Mazui, G. (2020) 'É simples assim: um manda e o outro obedece', diz Pazuello ao lado de Bolsonaro. *GI*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://gi.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuello-a-o-lado-de-bolsonaro.ghtml>.

Mazzi, C. (2020). Violência doméstica dispara na quarentena: como reconhecer, proteger e denunciar. *O Globo*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/violencia-domestica-dispara-na-quarentena-como-reconhecer-protger-denu>nciar-24405355.

Medeiros, G. L. P., Costa, E. B., & Dantas, R. A. M. (2021). Relações históricas entre epidemias e o ambiente urbano no Brasil. *Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente*, 6 (2), 141-154. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/23665>.

Morozov, E., & Bria, F. (2019). *A cidade Inteligente: tecnologias urbanas e democracia*. São Paulo: UBU editora.

Os quiosques e os cortiços da cidade: nuvens de poeira. *Multirio*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2915-os-quiouques-e-os-corticcos-do-rio-republicano>.

Pereira, J. R. A. (2010). A cidade do século XIX. In *Introdução à história da arquitetura: das origens ao século XXI* (pp. 209-215). Porto Alegre, RS: Bookman.

Rago, M. (1997). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil: 1890-1930.

Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Salgueiro, H. A. (1995). Revisando Hausmann: os limites da comparação. *Revista USP*, 26, 195-205. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28162/29973>.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Seligmann-Silva, M. (2020). Aporias e Paraquedas. Construir paraquedas coloridos? Corona e os sonhos para além do apocalipse e da redenção. *Pandemia Literária: literatura em tempos de quarentena*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://apandemialiteraria.wordpress.com/2020/04/26/aporias-e-paraquedas/>.

Suely Rolnik - À escuta de futuros em germes. (2020). *Agenciamentos contemporâneos*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://www.youtube.com/watch?v=TEjhx8Aqgnk>.

Toledo, R. A., Dias, R. B., & Gonçalves Junior, O. (2021). Epidemias e as cidades como síntese do progresso e das desigualdades: o conhecimento técnico-científico e a morfologia urbana. *Revista RUA*, 27 (1), 5-32. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/pdf/309-epidemias-e-as-cidades-como-sintese-do-progresso-e-das-desigualdades-o-conhecimento-tecnico-cientifico-e-a-morfologia-urbana>.

Vaz, L. F. (1994). Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise social*, 3 (127), 581-598. Recuperado em 15 julho, 2021, de

<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337718716iYL2uw3Xe43QN7.pdf>

Venaglia, G. (2020). O que é o Centrão, o grupo que domina o Congresso e se aproximou de Bolsonaro. *CNN*. Recuperado em 15 julho, 2021, de <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/06/14/o-que-e-o-centrao-o-grupo-que-domina-o-congresso-e-se-aproximou-de-bolsonaro>.